

***A tutela cível do superior interesse da criança – das providências
tradicionais ao “novo” instituto do apadrinhamento civil***

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

1. Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990
2. Código Civil atualizado
3. Código de Processo Civil atualizado
4. Organização Tutelar de Menores atualizada
5. Decreto-Lei n.º 272/2001 de 13/10 (processos da competência do M.ºP.º e das Conservatórias do Registo Civil)
6. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei n.º 147/99 de 1/9 e respetivo Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 332-B/2000 de 30/12
7. Lei n.º 75/98 de 19 de Novembro (Fundo de Garantia de Alimentos devidos a menores)
 - Decreto-Lei n.º 164/99 de 13/5 (Regulamento da Lei n.º 75/98)
 - Decreto-Lei n.º 70/2010 de 16/6 – Estabelece as regras para determinação da composição e capitação dos rendimentos do agregado familiar para a verificação de recursos necessária à verificação dos pressupostos de atribuição da prestação social a cargo do FGADM.
 - Decreto-Lei n.º 323/2009 de 24/12 – determina o valor dos indexantes dos apoios sociais, valor necessário à verificação do pressuposto de capitação para atribuição da prestação social a cargo do FGADM.
 - Lei n.º 53-B/2006 de 29/12 – institui o indexante dos apoios sociais.
 - Lei n.º 66-B/2012 de 31/12 – suspende o regime de atualização do IAS, das pensões e outras prestações sociais.
 - Decreto-Lei n.º 133/2012 de 27/6 – alteração ao Decreto-Lei 70/2010 de 16 de Junho.
8. Apadrinhamento Civil – Lei n.º 103/2009 de 11/9 e respetivo Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 121/2010 de 27/10